

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Jader Barbalho; Senhores Ministros, especialmente o novo Ministro Ramez Tebet; Senhores Parlamentares, tão numerosos; Senhoras e Senhores,*

A aclamação feita, neste instante, ao Senador Ramez Tebet, mostra o quanto ele é querido de seu povo de Mato Grosso do Sul. E a nomeação do Senador mostra o quanto o Presidente da República tem admiração pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Quero, inicialmente, me desculpar, porque nós atrasamos um pouco esta reunião, foi em homenagem ao Congresso Nacional: o Senador Jader Barbalho estava recebendo o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e teve que se atrasar. E o Presidente da Câmara, Aécio Neves, ficou aqui até o limite do possível, porque tinha que presidir uma votação. Os dois não puderam estar simultaneamente aqui, mas tenho certeza de que o Congresso Nacional inteiro, hoje, é solidário com o Senador Ramez Tebet. Mesmo aqueles que não participam da base do governo respeitam o Senador Ramez Tebet como uma figura

que soube se impor, no convívio ameno com seus colegas, mas firme, muito correto, nas decisões que toma, e sempre prestante, não apenas ao seu estado, mas aos interesses do nosso país. Tenho, portanto, razões – e muitas – para dizer da minha alegria de poder contar, neste momento, com a colaboração do Senador Ramez Tebet.

Queria dizer uma palavra, também, sobre o Senador Fernando Bezerra, que nos deixou. O Senador Fernando Bezerra desempenhou suas funções com muita dedicação. Tratou de fazer aquilo que se esperava desse Ministério e tenho certeza de que o Ministro Ramez Tebet dará prosseguimento, e ainda com maior desenvoltura e mais energia, porque ele vai viver um novo momento desse Ministério.

O Ministério foi criado com esse título de Integração Nacional. Por quê? Porque, embora ele seja um Ministério no qual os grandes fundos de desenvolvimento regional estão localizados, embora seja um Ministério que tem a responsabilidade de organizações que tiveram um papel forte no desenvolvimento das suas regiões, como a Sudene e como a Sudam, eu não queria que ele fosse concebido como um Ministério de uma parte do País. Ele tem que ser o Ministério da Integração efetiva, de todas as partes do País.

Dos tempos heróicos de Celso Furtado, quando foi formada a Sudene, aos dias que correm, muita coisa mudou no Brasil. Aliás, os próprios fundos de apoio ao desenvolvimento regional passaram por transformações, quando foram criados o Finor e o Finam, com o propósito de, precisamente, dar maior eficácia e eficiência aos recursos fiscais que estavam postos à disposição dessas regiões do Brasil.

Muita coisa mudou, entre as quais o fato de que, hoje, o Brasil é concebido nacionalmente, pelo Governo, em termos de eixos de desenvolvimento e não mais de pólos ou de regiões.

Os que acompanham de mais perto a administração pública e os que estão no Parlamento, ativos e sabedores da forma pela qual nós reorientamos os fluxos de crescimento no País, de destinação dos recursos nacionais, sabem, em primeiro lugar, que o Governo está absolutamente devotado à descentralização. Paga até um preço por isso. Porque a maior parte das verbas e das obras do Governo Federal são, natural-

mente, apropriadas pelos municípios e pelos Governos Estaduais. Muito frequentemente, o Governo Federal sequer é mencionado, não por maldade, mas pelo empenho dos que estão realizando as tarefas de mostrar que estão empenhados nessas tarefas e, às vezes, se esquecem de que esse empenho conta, também, com o patrocínio federal.

Não importa. O que importa é que nós estamos, decididamente, marchando para dar maior autonomia aos nossos municípios, aos nossos estados. O uso dos recursos públicos, ao invés de ser centralizado em Brasília, é crescentemente descentralizado e há de ser, também, crescentemente, controlado pelas populações locais.

A outra orientação que preside as transformações da estrutura do nosso Estado diz respeito à concepção dos chamados “eixos de desenvolvimento”. Aqueles que trabalharam no Congresso – foram muitos – no Plano Plurianual de Investimento, o PPA, sabem que assim é. Nós não pensamos numa região isolada, mas nos fluxos de contatos, de recursos, de comunicação, de tudo, ao redor de eixos fundamentais.

Isto faz com que esse Ministério tenha que ter um pensamento mais global. Não pode ser o pensamento de uma parte, de uma região, porque precisamos de todas as regiões se desenvolvendo e que haja uma interconexão entre essas várias regiões. Assim tem sido feito.

Vejo aqui, para minha alegria, uma imensa quantidade de Governadores, inclusive o Governador de Mato Grosso do Sul. Alegro-me muito contar com a presença dele, como me alegra contar com a presença dos demais Governadores aqui. Não cito os demais porque posso me esquecer de algum. Eles sabem que estamos empenhados em fazer com que haja, efetivamente, uma integração do nosso país.

Esta é a responsabilidade, Senador Tebet, do seu Ministério. É muito mais um Ministério que vai ter a tarefa de fazer com que esses fluxos sigam efetivamente em benefício recíproco, do que um Ministério para brigar com outros Ministérios ou com outras regiões, para que uma verba vá para cá e a outra não vá para lá. É o contrário. Temos que pensar no conjunto do País. As instituições estão se orientando assim.

Por outro lado, eu queria ressaltar que o Ministro Ramez Tebet assumiu essa Pasta em um momento de profunda transformação na estrutu-

ra do seu Ministério. Transformação advinda não apenas dos problemas que eventualmente surgem. Não tenho, nessa matéria, qualquer embaraço em lhes dizer o que está sendo feito em termos das investigações necessárias quanto às utilizações de recursos, tanto na Sudam quanto na Sudene, quanto em qualquer outro órgão do Governo, seja qual for o Ministro. Não tenho nenhum embaraço em lhes dizer que isso flui à margem do mais importante, porque o mais importante é fazer com que as coisas aconteçam bem. E, se algo há de errado, isso tem que ser apurado e punido pelos canais competentes, sem que disso derive uma animosidade contra o órgão no qual, eventualmente, um ou outro tenha transgredido a boa conduta.

Então, a reformulação que se faz nesses órgãos é por outras razões. Elas vêm desde o tempo em que se constituiu esse Ministério. Foram sendo gestadas progressivamente, inicialmente, sob a condução do Ministro Bezerra, mas acompanhei sempre isso de perto. Não estamos querendo acabar com a Sudam, nem com a Sudene. Ao contrário, queremos transformar essas agências em agências mais contemporâneas, mais afins com o espírito da administração em geral e mais afins também com o momento da vida brasileira. Eu até preferiria chamar de “Nova Sudene”, para dar um exemplo claro do que se chama. E o Congresso pode dar esse nome, se assim o desejar. Nova Sudene, Nova Sudam. Não gosto muito de adjetivar. Por isso, não propus adjetivação, porque sempre é um pouco pretensioso da minha parte dizer que é nova. Mas, se o Congresso entender que é nova, que seja assim e que não se pense que o passado é um passado do qual não tenhamos que nos orgulhar porque, sim, temos que nos orgulhar, porque muito foi feito através da ação desses órgãos da Administração Federal.

Ocorre que, como eu disse, se, inicialmente, esses fundos fiscais foram pensados de uma certa maneira e, posteriormente, com a formação do Finam e do Finor, houve outra decisão administrativa, agora é o momento de fazer com que haja, primeiro, maior estabilidade no fluxo de recursos. Esses recursos vão ser destinados diretamente no Orçamento da União. Outro ponto: há um compromisso – e já está assegurado na medida provisória – no sentido de que esses recursos obedece-

rão à sua tendência histórica. Não se trata de uma manobra governamental para não dar recursos.

Devo dizer que, nos últimos quatro anos, esses órgãos receberam 4 bilhões de reais e os fundos constitucionais, cerca de 9 bilhões. Neste ano – não me recordo de memória se é só a nova Sudene ou se é o conjunto – terão quase 800 milhões e, no ano que vem, 1 bilhão e 100 milhões de reais, que estão destinados constitucionalmente, ou seja, há uma estabilidade no fluxo de recursos. E a decisão dos novos órgãos há de ser, portanto, respaldada na existência de recursos e não hão de ser aprovados projetos sem que para eles existam recursos, que foi o que causou uma espécie de entupimento das antigas Sudam e Sudene, porque era muita gente com projeto aprovado – é aprovado porque quem aprova não é responsável por colocar o dinheiro – e o dinheiro não chegava lá. Então, há filas imensas, e por aí vai. Então, modificamos para melhorar, para garantir que haja recursos numa certa quantidade e uma certa estabilidade, pelo menos na previsão desse fluxo.

Em segundo lugar, melhoramos também, ou melhoraremos assim que esteja funcionando efetivamente, o órgão que analisa o projeto. Não é, necessariamente, o órgão que fiscaliza o projeto. Houve, no Brasil, uma série de momentos que não permitiram maior reflexão sobre certas decisões, uma espécie de acumulação indevida. Então, o mesmo órgão – e, quando se fala órgão, se fala no funcionário – que aprova o projeto, muitas vezes, não tem a capacidade, não tem as condições, os meios sequer, às vezes, para fiscalizar se houve ou não houve a utilização do recurso. Isso não pode ser assim. Temos que ter maior capacidade técnica de análise e, ao mesmo tempo, maior capacidade fiscalizadora de análise. Fiscalizadora por parte das próprias agências federais que existem, como o próprio Banco do Nordeste e o BNDES. Aí, dependerá muito da forma final que nós viermos a dar a esses mecanismos. Mas haverá mais transparência, tanto na destinação de recursos, através de análises mais técnicas, como o BNDES tem feito. E nós, por que não fazemos a mesma coisa nesses novos órgãos? Deveremos fazer, com a mesma capacitação técnica. As regiões já dispõem de técnicos competentes. Não há razão para não acreditar nessa possibili-

dade. Vamos acreditar nela, mas vamos também tomar os cuidados necessários. Assim como na arquitetura geral do Estado, onde quem legisla não executa, quem executa não julga, da mesma maneira, tem que haver, no modo como se destinam esses recursos e como se controla o uso deles, certa separação de responsabilidades para que isso possa ter uma garantia maior de que os recursos estão, realmente, chegando à destinação inicial para a qual foram pensados. É, portanto, um passo adiante e não um passo atrás, no sentido do funcionamento dos mecanismos dessas regiões.

Mas não é só isso. Eu disse que temos que pensar em termos do conjunto do País. Isso significa o seguinte: crescentemente, é o Congresso Nacional que há de ter a capacidade de dizer, a partir de uma proposta do Executivo, que recurso e quanto há de ser destinado para o quê. Na medida em que nós criamos subsídios que não são visíveis, através de mecanismos legais mas não muito transparentes, isso leva a uma suspeita, necessariamente. E, às vezes, a suspeita se transforma em realidade de transgressão. Crescentemente, precisamos inscrever no Orçamento da República, com a aprovação do Parlamento, quanto se quer dar a que região ou a que setor de atividade ou de que forma se quer dar e cada vez mais de forma bastante direta e bastante clara.

Já acabamos, através das medidas que tomei, com mecanismos antigos de agenciamento de recursos, que, na verdade, davam à intermediação um peso desmesurado, e os recursos, ao invés de servirem para os fins para os quais, pretensamente, estavam sendo destinados, eram, na verdade, divididos. De tal maneira que os “doadores”, na verdade, se apropriavam de uma parte da doação fiscal ou os escritórios de intermediação, se não fosse diretamente a empresa doadora, também tivessem uma participação ou, quando não, cumulando com as empresas doadoras uma parte do recurso fiscal, esvaziando, portanto, a possibilidade efetiva de que esse recurso viesse a frutificar nas regiões. Isso foi mudado. Isso foi transformado.

Portanto, Ministro, Vossa Excelência assume esse Ministério num momento de criatividade. É um momento que vai requerer de sua parte, da parte de todos aqueles com os quais há de trabalhar, muito empenho.

Tenho certeza de que Vossa Excelência é capaz desse empenho, de muita criatividade e muita capacidade de falar, de explicar. Explicar àqueles das regiões que vão ser, digamos, submetidas a essas novas regras e aos grupos brasileiros, que serão de empresários, de funcionários, de trabalhadores, de quem seja, que vai estar diante dessas novas regras, explicar melhor o porquê do que se está fazendo e explicar que é um passo adiante o que se está querendo dar nessas instituições e que se pode dar.

Quero lhes dizer também que, nesse Ministério, existem alguns outros órgãos de grande significado para o Brasil. O Dnocs – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – lá está. Também a Codevasf, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco, lá está. São órgãos importantes, muitos dos quais precisam, e terão, certamente, de sua parte, da necessária transformação na linha do que estamos desenhando aqui. Não quero prejudicar. Não sou conhecedor direto da matéria. Mas acredito que Vossa Excelência terá o discernimento para ver que passos adicionais podem ser dados. Vindo Vossa Excelência de onde vem, sabe também que há uma Secretaria Especial para o Centro-Oeste e que há um Fundo Constitucional do Centro-Oeste, e que é preciso pensar de forma adequada a melhor maneira de agilizar os recursos para esta mesma região. E o Ministério tem tal magnitude que existe também uma área, aqui, na própria Brasília, que se chama Ride, Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, que é uma área de muita sensibilidade e de muita importância e que precisa ser também atendida.

Não estamos nos esquecendo de que vai estar, também, no âmbito de seu Ministério uma das tarefas mais difíceis e solidárias que precisamos desenvolver, que é o combate aos flagelos. Às vezes, são enchentes. Às vezes, são secas. Às vezes, simultaneamente: enchente no Sul e seca no Norte e no Nordeste – no Norte a seca é mais difícil. Mas, inundações no Norte, seca no Nordeste, inundação no Sul. Quem estiver aqui, neste Palácio, há de saber o tempo todo que, neste país, há um problema emergente. E emergente quer dizer pessoas abandonadas que não têm onde ficar, quer dizer municípios e estados que não têm recursos para atendê-las, quer dizer que a União Federal tem que, a cada mo-

mento, viabilizar recursos, que também não tem. Mas tem que viabilizar, porque não se pode deixar de atender, solidariamente, a uma situação de emergência.

Neste momento, nós estamos diante do começo de uma seca no Nordeste. A vantagem é que, desta vez, a dura experiência de outras secas nos ensinou a trabalhar de forma mais cooperativa e mais rápida. Por isso, eu acionei o Ministro Raul Jungmann, que se desempenhou e vai se desempenhar muito bem na matéria. Tenho certeza de que Vossa Excelência será parte integrante dessa Comissão Setorial de Convívio com a Seca e Inclusão Social, e que foi criada para fazer frente ao problema emergente da seca do Nordeste.

Nós já temos mais experiência nessa matéria. Já sabemos o que não dá certo. Nós já sabemos que, às vezes, mesmo o que não dá certo tem que ser feito – caso do carro-pipa, caso da cesta básica que, ao contrário do que muitos do Sul pensam, é ruim. Faz-se porque não há alternativa, porque não se pode ficar sem água. O bom seria ter tido acesso à água. A cesta básica também é ruim, porque melhor é que se comprasse no local. O melhor é que não houvesse nem sequer necessidade de comprar de fora.

Não obstante, às vezes é necessário fazer, na emergência. Mas, também, nós não podemos nos esquecer dos programas permanentes. Por sorte, Ministro, neste momento o Governo dispõe de programas específicos, notadamente o chamado Projeto Alvorada, que atende diretamente às regiões nordestinas – não são as únicas mas, basicamente, as nordestinas – que é um projeto que vai permitir – e já está permitindo – primeiro, a bolsa-escola, que ajuda, sensivelmente, as famílias mais pobres da região e que nós vamos, agora, efetivar este mês. E o Programa Bolsa Escola dá recursos à mãe de família, preferencialmente, para manter a criança na escola.

A imaginação e a criatividade do Ministro Jungmann estão, também, tratando de buscar outras formas que possam ampliar essa questão da bolsa, para aqueles que têm necessidade emergencial, de tal maneira que possam, pelo menos, estudar e não apenas fazer de conta que trabalham em frentes de trabalho, que não produzem nada. Melhor

será que se capacitem para uma vida futura do que um “fazer de conta”, em que há sempre um jogo de interesses, nem sempre eleitorais, mas freqüentemente de interesses grupais, a pressionar por mais ou por menos. E o Governo, muitas vezes, fica sem saber como fazer a destinação de recursos.

Hoje, nós já dispomos de estruturas mais amplas para isso. Já dispomos da possibilidade do cadastramento de famílias, do cadastramento de crianças. Já existem grupos locais, que não são governamentais, mas que se organizam – já fizemos assim, em outras circunstâncias de seca – para controlar a destinação dos recursos da seca.

Desde o mês de maio, com certa antecipação, ao aparecer os sinais do que se chama, no Nordeste, de “seca verde”, as medidas já foram tomadas, de tal maneira que Vossa Excelência já vai encontrar um caminho meio desbravado, mas que é um caminho importante a ser trilhado e desbravado.

É, portanto, uma tarefa, realmente significativa, aquela que o Senador Ramez Tebet está assumindo, neste momento. E eu o escolhi, primeiro, porque esse Ministério foi pensado como Ministério da Integração mas, também, de integração da nossa base partidária. Esse Ministério foi assumido, primeiro, por um Senador do PMDB e continua sendo por um Senador do PMDB.

Mas não foi só isso. Para mim, por mais importantes que sejam os partidos, inclusive o meu – eu quase disse “os meus”, mas é o meu – na verdade, o que conta é a capacidade do Ministro, a sua honradez e a sua dedicação ao trabalho, sem o que, fosse de que partido fosse, eu não o teria nomeado.

É um homem que o Brasil conhece, hoje. O Brasil sabe do seu discernimento, da sua firmeza, da sua simplicidade, da sua dedicação. É um Ministro que já entra para este governo – como acabamos de assistir aqui – com o reconhecimento mais amplo que o reconhecimento estrito da sua ação como Senador ou da sua ação como homem do Mato Grosso do Sul ou da sua ação partidária. É um homem que sabe que os nossos desafios são grandes, mas são desafios que nós venceremos. Já vencemos muitos. Teremos muitos outros para vencer. E nós venceremos.

mos esses desafios que estão diretamente ligados à sua Pasta, assim como teremos que vencer outros desafios, que estão ligados não apenas a uma outra Pasta, mas a todos nós.

É, portanto, com esse espírito, Ministro, com o espírito de crença, crença no nosso país, nesse povo extraordinário que eu não deixo nunca de registrar o que está fazendo, neste momento, para que nós superemos essa dificuldade da questão energética – esse desafio, que nos leva a ter, cada vez mais, convicção de que este país vencerá, já venceu e vai vencer mais – é com esse espírito de entusiasmo que, tenho certeza, a sua chegada ao Ministério e ao nosso governo vai reforçar, e muito, a integração do nosso apoio partidário, a integração de todos os nossos companheiros do Congresso Nacional.

E digo todos, todos no sentido amplo. O Brasil, em certos momentos, não pode se dividir, tem que se unir. Há momentos em que a seca, a carência de energia, que está ligada à seca – não são questões que podem ser tratadas de um prisma sectário. São questões que têm que ser tratadas de um prisma mais amplo e de um prisma “societário”, eu diria assim. E Vossa Excelência é bem o exemplo de um homem que é capaz de se juntar a esse espírito.

Quero, portanto, desejar boa sorte a Vossa Excelência, a sua família, aos seus colegas de Mato Grosso do Sul. Felicito, ao mesmo tempo, o Governador, por seu estado ter um homem como Ramez Tebet, que passa a ser membro do Governo. Felicito também os Senadores, colegas de Ramez Tebet, que aqui estão. Felicito a todos, enfim, pelo fato de nós termos podido nomear Ramez Tebet. Tenho certeza de que será um grande Ministro.

Muito obrigado.